



### Continuação da capa

pretende realmente instituir? A que permite aos professores que já completaram (ou estão em vias de completar) 75 anos, o direito de aderir ao plano de aposentadoria voluntária, ou a que os exclui da medida?

A única "vantagem" oferecida aos docentes atingidos pela proposta consiste no reembolso do valor da cota parte da Fundasp relativa ao plano básico de assistência médica, oferecido pela instituição. Trata-se de contrapartida demasiadamente acanhada diante dos 'considerandos' consignados no preâmbulo do ofício, que enaltecem o reconhecimento e o respeito aos anos de dedicação dos professores afetados pela medida.

Além disso, a proposta prevê que professores com 30, 40 ou mais anos de dedicação à PUC-SP receberão tratamento idêntico àqueles com 10, 15 ou 20 anos de casa. Neste ponto, falta isonomia de tratamento aos afetados, uma vez que temos hoje cerca de 400 professores com mais de 30, 40, 50 anos de dedicação a esta Instituição. O ideal seria criar um mecanismo que assegurasse a projeção do período de reembolso para além dos cinco anos, conforme o tempo de casa de cada professor, prestigiando aqueles que mais tempo de suas vidas dedicaram à Universidade.

Além disso, o critério sugerido pela Fundasp ignora uma realidade mais do que evidente, substanciada no fato de que muitos professores elevaram a categoria de seus planos de assistência médica - não

por capricho, mas por pura necessidade - e serão fortemente penalizados se a proposta em tela entrar em vigor da forma sugerida, devido à acentuada queda de renda resultante da aposentadoria compulsória.

O valor do reembolso proposto pela Fundasp é outro ponto extremamente sensível e que merece ser reavaliado. O desejável seria aproximar o valor desse reembolso mensal à realidade na qual cada docente está inserido.

Admitimos que é impossível atender aos anseios e interesses individuais de cada professor afetado. Contudo, a solução mais atraente seria a elevação desse reembolso, até um ponto equidistante, ou um percentual equânime que resulte menos oneroso, de modo a contemplar de forma satisfatória tanto aqueles que possuem planos de assistência médica no nível básico quanto os que já possuem seus planos em categorias superiores.

Ainda com relação à assistência médica, entendemos que outros pontos merecem ser considerados na proposta. Dentre tantos, selecionamos dois, apenas para ilustrar a importância dessa reflexão:

Como a Fundasp pretende agir em relação ao professor que porventura falecer enquanto estiver recebendo o reembolso a título de assistência médica? Seus dependentes continuarão assistidos, recebendo o valor até o término definitivo do prazo estabelecido ou os pagamentos cessarão?

E o professor que possui dependente incapaz? Como a Fundasp pretende proceder? Ele receberá tratamento idêntico aos demais ou existe compreensão e reconhecimento de que esta circunstância justifica a adoção de

um critério diferenciado?

A proposta prevê a possibilidade de adiamento da aposentadoria compulsória, caso o "desligamento" do professor se mostre inviável por motivo de relevância acadêmica ou administrativa. O documento subordina esta hipótese à apresentação de um "plano de desligamento", com duração máxima de dois anos, a ser elaborado pelo Departamento e posteriormente aprovado pelo Consad.

Na verdade, a proposta penaliza duplamente o professor por ela afetado, pois prevê a perda do direito ao reembolso do plano básico de assistência médica e ainda a redução de sua carga horária de trabalho (durante o cumprimento do tal "plano de desligamento"), no caso dos docentes, para o máximo de 12 horas semanais de atividades, obrigatoriamente didáticas.

Em suma, quando a aposentaria se mostrar inviável por motivo de relevância acadêmica ou administrativa - ou seja, devido a motivos que interessam apenas e tão-somente à Universidade - o professor será fortemente castigado não só com a perda da única contrapartida apresentada na proposta (reembolso da assistência médica) como também em razão da redução dos valores que serão utilizados como parâmetro para o cálculo de suas verbas rescisórias, quando efetivamente ocorrer seu "desligamento". Neste ponto, a proposta revela-se bastante inoportuna e desvantajosa para o professor atingido, na medida em que o adiamento da aposentadoria não resulta de um ato de vontade do envolvido, mas sim de circunstâncias totalmente alheias à sua vontade, que interessam apenas à Universidade.

E mais. A proposta não ofe-

rece ao professor envolvido a prerrogativa de concordar ou não com a redução de seu contrato. Pelo texto, entende-se que ela será decidida apenas pelo Departamento e posteriormente aprovada pelo Consad. Logo, a medida acaba escamoteando um novo permissivo para reduzir a carga horária dos professores, além das hipóteses restritas previstas na Convenção Coletiva da categoria, vinculadas à redução de turmas ou cursos.

Por fim, é bem-vinda a iniciativa da Fundasp, de estudar e apresentar, no decorrer do ano de 2015, um plano de previdência complementar dirigido aos seus empregados. Contudo, um plano de previdência complementar a esta altura e dentro do contexto que se apresenta, constitui medida aparentemente inócua para os professores afetados pela anunciada proposta de aposentadoria compulsória, que não terão nada além do já mencionado acanhado reembolso do plano de assistência médica proposto pela Fundasp.

Em vista dos pontos aqui apresentados, a APROPUC-SP vem conchamar os egrégios membros deste Conselho que promovam um amplo debate nas instâncias acadêmicas, de modo a garantir que a medida tramite de forma democrática permitindo a todos, direta ou indiretamente afetados, oportunidade de contribuir para que a iniciativa efetivamente promova os propósitos de reconhecimento e respeito à dedicação de décadas de tantas vidas na construção desta Universidade.

*Diretoria da APROPUC-SP*

*30/9/2015*

**PUCViva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Andressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

**Fotografia:** Marina D'Aquino

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:**

Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtordt

**Apropuc:** Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8208 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

# PSI - Política de Segurança da Informação

A APROPUC-SP vê com muita preocupação o recém-dilucidado Plano de Segurança da Informação (PSI). Em uma primeira leitura, o documento mostra-se excessivamente abrangente, tornando impossível de ser cumprido sem que seja cometida alguma violação por parte de algum "colaborador", pois tudo parece cair em alguma forma de quebra de sigilo e/ou violação, sem sequer apontar uma graduação do que seria uma falta grave ou leve, deixando à FUNDASP o poder de decidir, ou seja, praticamente criando uma Newspeak auto-realizável aqui na PUC-SP. Dada sua abrangência, o documento e o termo de Ciência, Aceitação e Confidencialidade fazem com que todos estejamos sujeitos a cometer uma violação de alguma maneira em relação a um compromisso que não é menos

que eterno - ou seja, a tábua de pecados perdura até para quando o "colaborador" não for mais "colaborador". Em outras palavras, estamos dentro de 1984, de George Orwell. Cuidado, Big Brother observa tudo!

Afinal de contas, o que é passível de confidencialidade? Pelo documento, por exemplo, registros acadêmicos, tais como provas e exames (artigo 4º, item f.), não poderão sair das dependências da FUNDASP ou das entidades por ela mantidas (art. 6º, item c.). O que vale dizer que os professores terão de realizar todas suas correções nas dependências da PUC-SP, manter todas as provas, exames e trabalhos (onde mesmo, cara-pálida?), ou obter uma autorização expressa do gestor (quem mesmo? Seria a chefia, a coordenação, a direção da faculdade, as pró-reitorias acadêmicas,

a própria reitora? Ou seria um dos secretários-executivos?) para retirá-las dos muros da Universidade? Ou ainda, nos poucos dias que dispomos para fechamento das notas, onde os mais de mil professores desta instituição realizarão o preenchimento dos dados do semestre no Portal? Estas são apenas algumas questões de caráter prático do cotidiano do professor que o termo em tela parece não considerar, mas que farão com que o professor "colaborador" incorra em violações. Muitas outras surgem nas conversas de corredor.

Como vemos, o documento, além de ser questionável na intenção de "vigiar e punir", criará um caos para a instituição e seus "colaboradores", pois práticas tidas como cotidianas poderão ser interpretadas como violações, passíveis de punições que não são de

forma alguma esclarecidas. Por este motivo, a APROPUC demanda a imediata retirada desta Política e a suspensão de necessidade de assinatura do Termo de Ciência, Aceitação e Confidencialidade. Entendemos que existem dados que necessitam de proteção, mas o documento, pela sua abrangência e nebulosidade, se configura como algemas e mordaza, em vez de parâmetro esclarecedor no que diz respeito a informações que efetivamente merecem confidencialidade.

Em tempo: A Fundasp e a APROPUC têm uma reunião agendada para esta segunda-feira, 5/10, para discutir a PSI. Nesse sentido a diretoria da entidade pede aos professores que não assinem o documento da PSI antes dos resultados desta reunião

**Diretoria da  
APROPUC-SP**

## Consun solicita revogação de ato sobre cátedras

Mais uma vez as principais pautas do Conselho Universitário foram discutidas a partir de solicitações de conselheiros, uma vez que os assuntos a serem analisados limitavam-se a aprovações de regulamentos e mudanças curriculares.

Além da leitura do documento da APROPUC, os representantes da Fafcla Marcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail solicitaram a discussão dos procedimentos envolvendo a cátedra Michel Foucault, cuja existência foi vetada pelo Conselho Superior da Fundação São Paulo.

Depois de algumas discussões que envolveram também o ato do Consad que regulamenta a criação de cátedras, a pró-reitora de Pós, Maria Amália Andery, propôs dois encaminhamentos. Em primeiro lugar, um documento dirigido

ao Consad, encaminhando a decisão do Conselho Universitário de que o ato sobre a criação de cátedras seja revogado e reeditado sem a submissão da criação de cátedras ao Conselho Superior da Fundasp.

Em segundo lugar em decisão encaminhada ao Conselho Superior da Fundação São Paulo, os conselheiros reiteraram ao cardeal Dom Odilo Scherer o pedido de reconsideração da decisão de abril de 2015 quando foi vetada a criação da cátedra.

A decisão foi aprovada pelos conselheiros por unanimidade. A professora Anna Maria Cintra também informou sobre a aprovação do quadro de vagas no último Consad que reduziu as vagas votadas no Consun. O diretor da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Daniel Gatti, deverá recorrer de cortes feitos em sua unida-

de. Os conselheiros também foram informados sobre a liberação de verbas do BNDES para reengenharia da dívida da PUC-SP e reformas nos campi

da universidade. Os conselheiros também homenagearam as professoras Beatriz Berrini e Myrian Veras Batista, falecidas na semana anterior.

**FORTALEÇA A LUTA  
DOS PROFESSORES**

**ASSOCIE-SE À APROPUC  
Defenda seus direitos**

Basta entrar no site [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br),  
escrever para [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br), telefonar para  
11 3872-2685 ou inscrever-se na  
sede da entidade, à Rua Bartira 407



## GAUCHE NA VIDA

# Crise de que e contra quem?

**Milton Temer**

Claro que há uma imensa crise em pauta. Mas, por favor. Não tem nada a ver com crise do capital, se consideramos os concentrados segmentos de classe hegemônicos em nosso país. Bancos não estão em crise. O mesmo se repete para o agronegócio. Empreiteiras nacionais? Pode ser que aí haja problemas, mas não por questões estruturais.

O que se registra é a utilização incompetente do instrumento essencial, o que estabelece os níveis distintos de competitividade quando todos se igualam no limite da exploração da mais valia e na apropriação dos avanços tecnológicos: a corrupção do aparelho do Estado para além das ilegalidades que o Estado legaliza no interesse dos maganos. Como o são a sonegação tributária não criminalizada e a evasão de divisas.

Se Odebrecht, Camargo Correa e as menos votadas não forem beneficiadas por um acordo de leniência em função da manutenção dos milhares de empregos que garantem, essa garantia passará a ser dada por empresas internacionais que já estão na tocaia, com acordos certamente fechados por aqui.

Mantém-se, portanto, a composição estrutural no espectro da sociedade. O que há, como nas crises anteriores, é um freio de arrumação para que, ao preço da quebra de alguns, a hegemonia se concentre em alguns outros.

A crise existe é para nós, da esquerda, que contávamos com desafios imensos numa eventual vitória do

PT em 2002, e nos vimos atropelados pela traição deslavada de tudo o que em duas décadas foi dito e produzido como proposta alternativa para a construção de uma nova ordem.

O PT se descompôs, se degradou ideológica e eticamente, e as forças progressistas e revolucionárias não conseguiram construir um instrumento alternativo.



**A crise existe é para nós, da esquerda, que contávamos com desafios imensos numa eventual vitória do PT em 2002, e nos vimos atropelados pela traição deslavada de tudo o que em duas décadas foi dito e produzido como proposta alternativa para a construção de uma nova ordem.**



Razões para isso? De pronto, o ceticismo e a descrença que o lulopragmatismo incutiu em mentes e corações que deveriam ser conquistados, mas que preferiram mergulhar no niilismo ou no ceticismo institucional. "Quando chegam ao poder, são todos a mesma porcaria". Um problema que não se resolve com um movimentismo espontâneo e cíclico em sua mobilização, por conta da ausência de condições objetivas e subjetivas.

É fácil constatar que não vivemos a década de 80, em que o clima de Diretas Já, na esteira da Campanha da Anistia, mobilizava milhões. Não vivemos um contexto internacional em que a esquerda pontificava e o campo do dito socialismo real se via embalado numa onda reformista do glasnost e da

perestroika, gerando esperanças de mudanças fundamentais no quadro internacional.

Não vivíamos, enfim, uma conjuntura de projeto Constitucional no rompimento do regime ditatorial. Não vivemos, enfim, as condições que permitiram ao PT nascer, crescer e nadar de braçada no cenário político, mesmo com posi-

necessários em "guerras humanitárias" absurdas e abjetas, como na destruição da Iugoslávia, para além de falácias de uma ilusória Primavera Árabe e a hesitação permanente no apoio aos governos bolivarianos da América Latina e à Revolução Cubana.

Assim, não supervalorizemos as dúvidas sobre o que vive o Brasil. O golpe contra o governo lulopragmático já foi dado, com o consentimento do próprio governo e da cúpula do PT, que se desmoralizam a cada iniciativa política precipitada, porque condicionados a uma genuflexão de moto próprio ao grande capital.

Encontrar a saída para uma unidade que nos liberte da dicotomia entre os golpistas tucano-demo-peemedebistas e saídas salvíficas para um governo extinto: essa é a tarefa da esquerda que não se vendeu nem se rendeu. É a crise que deve ser superada. A despeito dos obstáculos imensos, luta que segue.

**Milton Temer é jornalista e foi deputado federal pelo PT entre 1998 e 2006.**

*Artigo veiculado pelo Correio da Cidadania, em setembro.*

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Professores federais definem novo dia de luta pela educação

Os docentes federais, em greve desde 28/5, definiram como Dia de Luta e Mobilização em Defesa da Educação Pública o dia 5/10, segunda-feira, que contará com manifestações em frente ao Ministério da Educação (MEC) em Brasília. Nesse dia, o Comando Nacional de Greve do Sindicato terá reunião marcada com o ministro da educação, conquistada após a ocupação do gabinete ministerial pelos docentes, no

último dia 24.

Marinalva Oliveira, 1ª vice-presidente do An-des-SN, ressalta, em nota divulgada no portal do sindicato, que o governo só tem se movimentado para se reunir com os grevistas quando há mobilização e pressão e é por isso que se faz necessária a manifestação do dia 5. "Após algumas reuniões com o secretário, não houve avanços nas nossas reivindicações. Inclusive, protocolamos nova pro-

posta no dia 18/9, e não tivemos nenhuma manifestação por parte da SESU/MEC. Ou seja, com a ausência de respostas do interlocutor oficial do MEC, definimos que era necessário nos reunirmos com o ministro", completou Oliveira.

Segundo o sindicato, a manifestação no dia 5/10 é importante no sentido de pressionar o MEC para que a reunião com o ministro dê respostas objetivas às pautas da categoria.

**Comitê brasileiro pede fim da prisão administrativa em Israel**

O Comitê da Palestina Democrática e a Campanha Free Ahmad Sa'adat no Brasil, Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino do Abcdmrr-SP mobilizam uma campanha de solidariedade pela libertação de cinco presos palestinos detidos em cárcere israelense e o fim da prisão administrativa praticada pelo Estado de Israel.

Os palestinos detidos entraram em greve de fome há mais de 39 dias e estão sob detenção administrativa, prática que permite que pessoas sejam detidas sem acusação formal, sem instauração de processo, sem julgamento e, portanto, sem possibilidade de defesa. Trata-se de uma lei condenada em todo o mundo.

As últimas informações vindas da prisão indicam que a saúde dos cinco vem se deteriorando dia após dia. Eles precisam de cuidados médicos, mas as autoridades israelenses não permitem que os cinco sejam transferidos para hospitais. Esse tipo de detenção é praticada sistematicamente pelo estado de Israel e viola os mais básicos direitos humanos e naturais.

Por isso, organizações, movimentos sociais e intelectuais do Brasil apelam para que a vida desses presos seja preservada, com a revogação imediata da detenção e da lei que permite às autoridades israelenses a preservação dessa prática ilegítima, desumana. A APROPUC se solidarizou aos palestinos detidos, contra mais essa arbitrariedade.

## Escola estadual sofre perseguição policial

Estudantes da Escola Estadual Professor Aggeo Pereira do Amaral, em Sorocaba, realizaram uma mobilização a favor de um projeto que questiona a ação da Polícia Militar. Um dos cartazes que classifica a PM como um "grande problema na atualidade usando a força para obter melhores resultados" causou polêmica ao ser publicado em uma rede social, com uma forte intimidação a professores e alunos por parte da PM.

Os questionamentos são fruto da exposição de trabalhos feitos sobre a obra de Foucault "Vigiar e Punir".

Em seguida, os estudantes manifestaram-se com faixas e cartazes para apoiar a escola e o professor que aplicou o trabalho. Dezenas de alunos sentaram embaixo de uma faixa com os dizeres "liberdade de expressão não é destilar ódio". Agora, a ROTA está patrulhando os arredores do colégio e a PM

pressiona para a diretoria regional de ensino intervenha contra a direção e os professores.

A OAB já se manifestou publicamente contra essa intervenção policial. Semana passada, a Associação Nacional de História/Seção São Paulo divulgou uma moção em apoio à escola e repudiando a ação da PM. A APROPUC também se solidariza com os professores e alunos do colégio Aggeo e repudia o comportamento violento por parte da Polícia Militar.

## Movimentos saem às ruas contra violência do Estado

No dia 2/10, sexta-feira, marcou-se mais um aniversário do Massacre do Carandiru. Este ano, movimentos e familiares das vítimas protestaram contra a redução da maioridade penal e a violência do Estado em um ato que levou o nome "Nem

redução nem Fundação: por uma vida sem grades", em São Paulo.

O ato fez parte do evento denominado "Semana contra a violência do Estado - Nenhum(a) a menos", que começou no dia 26/9, com uma intervenção na Avenida

Paulista por conta do aniversário de um ano do desaparecimento dos 43 estudantes mexicanos de Ayotzinapa e contou ainda com um sarau no Terminal Santo Amaro e um debate público sobre desmilitarização na escadaria do Teatro Municipal.

# ROLA NA RAMPA

## PUC-SP recebe debate sobre mulheres encarceradas

Na noite do dia 29/9, terça-feira, a XIII Semana de Relações Internacionais da PUC-SP realizou uma mesa com o tema "Mulheres em cárcere: Uma realidade para além do nacional". Estavam presentes a advogada Bruna Angotti, que coordenou a pesquisa "Dar à Luz nas Sombras", sobre maternidade nas prisões; Raquel Lima, coordenadora de pesquisa da ONG Instituto Terra, Trabalho e Cidadania; e Fernanda Gomes, estudante de Serviço Social da PUC-SP. A mediação da mesa foi feita pela também estudante da PUC-SP Ana Cardoso.

Durante sua fala, Bruna destacou o crescimento do encarceramento feminino

que vem ocorrendo nos últimos anos: entre 2005 e 2012, o número de mulheres presas cresceu 70% no Brasil, considerando que a maior parte é presa por crimes envolvendo drogas ou crimes ao patrimônio, e também são mães. Ou seja, são mulheres que poderiam receber penas alternativas e sequer adentrarem o sistema carcerário.

Em seguida, sobre a questão de alternativas penais, Raquel levantou pontos importantes: na maioria das vezes, a condenação é a prestação de serviços à comunidade ou a realização de algum curso. Em ambos os casos, os locais costumam ser longe da casa das presas e elas devem se locomover

por conta própria, deixando de realizar um trabalho remunerado e prejudicando, portanto, toda a estrutura familiar.

Fernanda, que também é membro do coletivo de negras e negros da PUC-SP, fez uma fala muito importante. Quando mais jovem, a estudante passou 60 dias na Fundação Casa enquanto esperava por um julgamento do qual foi inocentada. "Não tem como falar de encarceramento sem falar de racismo. Foram 60 dias de dor e choro. É uma pena perpétua a vida pós prisão e o racismo também é assim, só que trocaram os chicotes pelas algemas", concluiu a estudante.

## Comissão inicia debates sobre departamentos

A Comissão designada pelo Consun para discutir a situação dos departamentos iniciou na semana passada as reuniões com as unidades. FEA e Faficla foram as primeiras a serem ouvidas em reunião aberta dos docentes. Segundo o **PU-Cviva** pode apurar não ocorreram encaminhamentos propondo a extinção dos departamentos, levantando-se contudo questões referentes à estruturação dos mesmos. A Comissão irá ouvir as demais unidades e, até o final do ano, deverá apresentar um relatório para o Consun.

## Arte: História, Crítica e Curadoria funda CA

O Centro Acadêmico Professora Elaine Caramella, CAPEC, dos Alunos de Arte: História, Crítica e Curadoria do Campus Marquês de Paranaguá, foi fundado no dia 10/9 deste ano em votação na Assembleia Geral do curso. Segundo os representantes, o objetivo do CA é "facilitar o contato dos alunos com a docência e também promover ações que possibilitem a aproximação e trocas com os demais

cursos de Artes Visuais, História da arte e afins". A entidade leva o nome de Elaine Caramella, professora e pesquisadora do Departamento de Arte da PUC-SP.

A página do CAPEC no Facebook é <https://www.facebook.com/Centro-Acad%C3%AAmico-Professora-Elaine-Caramella-1672582762984024/>, sendo possível entrar em contato também através do email [capecpuc@gmail.com](mailto:capecpuc@gmail.com).

## TV PUC exhibe programas sobre Laudato Si'

Ainda é possível conferir a coprodução entre a TV PUC e o professor Jorge Cláudio Ribeiro, de Ciências da Religião, 10 programas de TV com entrevistas sobre a encíclica Laudato Si' (Louvado Seja), do papa Francisco. Lançada em maio deste ano, a encíclica tem sido considerada avançada e progressista por ambien-

talistas. O programa de 10 episódios vai ao ar sempre às terças-feiras às 22h com reprises quartas às 20h, quintas às 12h e 15h30, sextas às 12h e sábados à 1h e às 15h, no Canal Universitário, no canal 11 da NET. Os episódios também ficarão disponíveis na íntegra no site da TV PUC: [www.tvpuc.com.br](http://www.tvpuc.com.br).

## Revista Ecopolítica tem novo número

A Revista Ecopolítica nº 12, do período de maio a agosto de 2015, organizada pelo Núcleo de Sociabilidade Libertária, está disponível para consulta. Com artigos de Christian Ferrer ("Mecanismo"), Beatriz Scigliano Carneiro ("Ecopolítica e a Igreja Católica no Terceiro Milênio: a conversão ecológica"), Aline Passos ("O feminicídio nas fronteiras da América Latina: um consenso?"), entrevista inédita com Michel Foucault, a revista pode ser lida no site da universidade em <http://revistas.pucsp.br/ecopolitica>.

## Fachs realiza III Dia de Ação Social

No dia 7/10, entre 13h e 18h, acontece o III Dia de Ação Social da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde do Curso de Fisioterapia da PUC-SP. Com o tema "Vivenciando a Fisioterapia", a programação englobará Fisioterapia Hospitalar: Trabalhando o Assolho Pélvico às 13h, Avaliação Postural: Disfunção da coluna vertebral - como tratar?, às 14h, Oficina de Pilates e RPG às 15h, Oficina de Eletroterapia às 16h e Sessão para tirar dúvidas às 17h. Os eventos acontecem na sala 515, no 5º andar do Prédio Novo.

## REUNIÃO DA FRENTE DE ESQUERDA DA PUC-SP

7/10 - Quarta-feira - 18h - na sede da APROPUC

✓ Próximas ações da Frente  
✓ Organização de debate na PUC-SP